

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

DISCURSO DO PRESIDENTE ROBERTO NASCIMENTO NA SOLENIDADE DE  
POSSE DO CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

21 DE SETEMBRO DE 2015

Belo Horizonte  
2015

Senhoras e Senhores,

É para mim motivo de grande satisfação e orgulho poder fazer parte da Fundação João Pinheiro, sobretudo neste atual momento, de grandes desafios a serem superados, tanto em Minas Gerais quanto no Brasil.

Neste contexto de mudanças, em que o **NOVO** ainda está em formação e o **VELHO** não foi de todo superado, é possível identificar certas similitudes com circunstâncias que prevaleciam em Minas Gerais há quase cinco décadas, quando esta Fundação foi constituída.

A Fundação João Pinheiro foi criada no âmbito e como parte de um processo muito mais amplo de reformas do Estado, cujo objetivo foi o de modernizar a administração pública, a fim de dotar o governo de mecanismos institucionais aptos a promover o desenvolvimento econômico e capazes de estabelecer bases mais sólidas para a superação do atraso econômico no qual se encontrava Minas Gerais àquela época.

As mudanças efetuadas redesenharam o aparato estatal e municiaram os gestores da política econômica estadual com instrumentos mais condizentes com os planos traçados de industrialização acelerada, que, naquele momento, tinha sido identificada como o meio mais apropriado de superação do subdesenvolvimento do estado.

As reformas contemplaram também a reorganização da máquina administrativa, como a centralização da arrecadação, de modo a coibir a elevada evasão fiscal, e o estabelecimento de novos dispositivos de estímulo fiscal para a atração de investimento.

Esse renovado aparato institucional desenvolvimentista foi consolidado posteriormente no Sistema Estadual de Planejamento, sendo paulatinamente ampliado nos anos 1970, com o envolvimento e a articulação crescente de outros órgãos da administração direta e indireta, autarquias, empresas estatais e bancos públicos, que foram mobilizados para prover infraestrutura física e econômica, aportar capital e suprir crédito a empreendimentos dos setores agrícola e industrial do estado.

É nesse período que a Fundação João Pinheiro realizou, entre outras iniciativas, estudos para subsidiar a formulação de diretrizes que norteariam ações governamentais em diversas áreas, entre as quais as de saúde, educação, saneamento básico e transporte. É nesse momento também que a Fundação João Pinheiro participou da elaboração do II Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social, dando continuidade às renovadas estratégias de planejamento inauguradas com o Diagnóstico de 1968.

Como consequência dessa atuação ativa e programática do governo, a economia mineira superou o marasmo em que se encontrava e cresceu a

taxas médias anuais superiores às do Brasil na década de 1970. A estrutura industrial foi alterada, e, embora mantendo forte participação dos segmentos de produtos intermediários, conseguiu avançar de forma acelerada nos elos mais modernos da fabricação de bens de capital e de consumo duráveis. A agricultura também teve grande dinamismo, com a incorporação de áreas de cerrado, a modernização da cafeicultura e a expansão das lavouras de exportação. Desse modo, foi possível ao estado reverter a longa trajetória de queda de sua participação relativa no PIB brasileiro e manter movimento ascendente contínuo até por volta de meados dos anos 1980 – década em que a crise deflagrada a partir da interrupção das linhas externas de crédito voluntário ao Brasil se desdobrou no colapso fiscal e financeiro do Estado nacional, levando à quase paralisia os três entes governamentais: a União, os estados e os municípios.

Naquele ambiente de crise, o aparato institucional montado pelo governo de Minas Gerais para apoiar o desenvolvimento da economia estadual teve muito de sua capacidade de ação restringida, como de resto todo o setor público, que passou a conviver com fontes de financiamento cada vez mais escassas e instáveis, tanto por conta dos desequilíbrios orçamentários herdados do passado, que se expressavam em elevado endividamento, quanto em razão da conjuntura recessiva e inflacionária do período, que aprofundava os problemas fiscais e financeiros pré-existentes.

Nos anos 1990, um novo cenário se descortinou para o Brasil, de modo geral, e para Minas Gerais, em particular. A resposta dada aos impasses econômicos do país significou a rejeição da possibilidade de atuação discricionária do Estado e a defesa da ideia de que mercados autorregulados consistiriam na forma institucional mais eficiente para permitir o desenvolvimento econômico e o progresso social.

Em Minas Gerais, essa crença prosperou por quase duas décadas, a despeito das sucessivas crises que, desde o Consenso de Washington, abalaram a economia em escala global e colocaram em xeque esses mesmos postulados que, em grande medida, orientaram a formulação de políticas públicas no estado.

Tal orientação, que passou a prevalecer na gestão da política econômica estadual a partir dos anos 1990, acabou por representar uma ruptura na trajetória histórica deste estado, que, muito precocemente e de maneira pioneira em relação a outras unidades da Federação, buscara mobilizar mecanismos próprios extra mercado para apoiar o crescimento e a modernização de sua base produtiva.

Assim, Minas Gerais mantém, atualmente, um padrão de inserção na economia brasileira que pouco se diferencia, em termos quantitativos, daquele que foi alcançado mediante as ações de planejamento e de

indução do desenvolvimento econômico implementadas nos anos 1960 e 1970.

As novas diretrizes dominantes, ademais, trouxeram à tona velhos problemas, tais como a perda de dinamismo e de atratividade, reavivando a situação crítica e desfavorável, semelhante, guardadas as devidas proporções, àquela que havia sido diagnosticada pelos estudos do BDMG no final dos anos 1960.

Tal evidência, vale ressaltar, não significa desconhecimento em relação aos inegáveis avanços alcançados nos planos econômico e social. Mas a posição relativa de Minas no cenário nacional vem passando por um período ou processo de deterioração.

Mais uma vez, portanto, Minas Gerais se defronta com o desafio de superar adversidades estruturais persistentes, cujas possibilidades de equacionamento foram, primeiro, interrompidas pela crise que debilitou o Estado e, em seguida, interditadas pelas reformas liberais e as novas orientações convencionais hegemônicas, que, além de renunciarem às ações programáticas de planejamento do desenvolvimento econômico, desorganizaram o aparato estatal constituído para apoiar essas iniciativas governamentais.

Não se deve entender com isso que os desafios ora colocados se restrinjam à retomada dos caminhos que foram obstruídos. Na verdade, os desafios contemporâneos de Minas Gerais são muito mais abrangentes, pois consistem na obrigatória reatualização da agenda de desenvolvimento do estado, com a incorporação de temáticas e dimensões que foram reiteradamente negligenciadas no passado.

Isso significa a formulação e implementação de programas governamentais de desenvolvimento sistêmicos, que busquem combinar, de forma articulada, a expansão econômica; a modernização e diversificação produtiva; a distribuição da renda e da riqueza; a geração de empregos; a organização mais homogênea e menos desigual do espaço urbano e do território; o progresso acadêmico, cultural, científico e tecnológico contínuo; a ampliação da intervenção popular nas arenas e nos processos decisórios do Estado; a preservação do meio ambiente – enfim: um novo modelo de desenvolvimento econômico que seja, ao mesmo tempo, ***socialmente justo e inclusivo, politicamente democrático, ecologicamente sustentável, regionalmente integrado e tecnologicamente competitivo.***

O compromisso programático com essa agenda mais ampla de mudanças requer que se traga para o primeiro plano da política estadual as dimensões sociais, regionais, tecnológicas, políticas, ambientais e

culturais do desenvolvimento, alargando os horizontes de ação do governo e o alcance potencial de suas iniciativas.

O aparato institucional que Minas Gerais ainda dispõe para planejar e apoiar o seu desenvolvimento permanece apto a ser mobilizado para sustentar um novo ciclo de transformações, graças, em grande medida, aos seus servidores, sejam eles das áreas meio ou das atividades fins de cada organismo da administração estadual, que se mantiveram, acima de tudo, comprometidos com a sociedade mineira.

A Fundação João Pinheiro é um exemplo emblemático desses compromissos. Apesar das dificuldades vivenciadas nos últimos anos, que se expressaram, por exemplo, na perda de pessoal especializado e em restrições orçamentárias continuadas, esta Fundação manteve-se permanentemente ativa, seja na produção de conhecimento e na reflexão sobre a realidade econômica e social de Minas Gerais, seja na formação de recursos humanos qualificados para servir ao Estado e ao povo mineiro.

Com este novo governo, restaura-se, de forma muito efetiva, a perspectiva de se recolocar a Fundação em uma escala de maior relevância, reinserindo esta importante e reputada instituição de pesquisa e ensino na linha de frente das atividades de planejamento e de gestão do Estado, de sorte a contribuir mais intensamente com o

desenvolvimento de Minas Gerais e o aprimoramento da administração estadual.

Sabemos que os desafios lançados à Fundação João Pinheiro não são poucos, mas, certamente, estamos aqui para tentar superá-los, um a um.

Trata-se de avançarmos cada vez mais na nossa capacidade de geração de estatísticas de qualidade, de modo a propiciar aos gestores estaduais bases de dados detalhadas, diversificadas e, a um só tempo, abrangentes e específicas, subsidiando, assim, a formatação de políticas públicas direcionadas a atuar sobre dada realidade e transformá-la.

Trata-se, igualmente, de avançarmos na nossa capacidade intelectual e teórica de efetuar as leituras pertinentes da realidade estadual, nacional e mundial que circunda e na qual se inserem a sociedade e a economia de Minas Gerais, de modo a permitir o planejamento de ações de curto, médio e longo prazos destinadas a equacionar tanto problemas estruturais persistentes quanto as dificuldades suscitadas pelas frequentes e imprevisíveis flutuações dos ciclos conjunturais.

Trata-se também de avançarmos na nossa capacidade de formação de profissionais qualificados, sem negligenciar nesse processo educativo o desenvolvimento da consciência crítica e cidadã, de modo a suprir o Estado com servidores habilitados a atuar, em primeira e última instância,

em benefício da população e comprometidos com a construção de uma sociedade mais desenvolvida, democrática, justa e fraterna.

São desafios incapazes de serem vencidos com ações isoladas e, portanto, clamam por um processo de construção coletiva, solidária e compromissada com o crescimento e desenvolvimento do conjunto das pessoas, e de cada uma delas, que constituem, de fato e de direito, o que denominamos de territórios, porque os ocupam, a eles dão vida e sentido, além de lhes conferir sentimentos, sem os quais nada se sustenta, nem mesmo o desenvolvimento sustentável.

Governo para todos pressupõe governo que se importa e visa transformar, para melhor, as condições de vida de todos, e de cada um. Mas pressupõe, também, a participação de todos, não apenas na constituição de demandas e elaboração de propostas mas, sobretudo, na sua execução.

E eu estou cada vez mais convicto de que os servidores da Fundação João Pinheiro estão dispostos a participarem comigo do processo de construção de uma atuação que não se limite à formação de recursos humanos e à produção de indicadores, mas que se esmere na tentativa de dar-lhes vida, de aduzir a eles sentimentos e, portanto, de direcioná-los a inspirar, realizar e avaliar políticas capazes de propiciar melhores condições de vida para todos.

Para encerrar, gostaria de fazer breves e pontuais agradecimentos.

Ao Governador Fernando Pimentel e ao Secretário Helvécio Magalhães, pela confiança que em mim depositaram de presidir a Fundação João Pinheiro com uma proposta tão desafiadora e inovadora. Aos demais membros da equipe governamental que, indistintamente, têm acolhido muito bem a Fundação João Pinheiro. Aos diretores Leonardo Moraes, Ana Paula Salej, Letícia Godinho e Josiane Vimieiro, e aos assessores Elisa Rocha, Rodrigo Diniz Rosa, Olívia Bittencourt, Danilo Jorge Vieira e Helena de Deus Castro, que aceitaram dividir comigo essa responsabilidade.

E, por fim, à minha família, embora não presente aqui. Dela destaco três mulheres. Minha mãe, que me disse que estaria sempre comigo ao longo deste desafio. Minha esposa Diva, que a despeito da minha quase constante ausência, me inspira a lhe reiterar, sempre, que por “onde for quero ser seu par”. E Ester, minha mocinha, que de tão linda e doce, me exime de buscar quaisquer outros adjetivos, que não aqueles que podem ser resumidos em uma única palavra: **AMOR**.

Muito obrigado!